



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA**  
**FACULDADE DE EDUCAÇÃO**  
**PROGRAMA DE GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**



**ELBA CRISTINA DO MONTE ANUNCIÇÃO**

**PARCERIA ESCOLA E FAMÍLIA: A PROMOÇÃO DE UM PROCESSO DE ENSINO  
E APRENDIZAGEM DE QUALIDADE**

**UBERABA - MG**

**2021**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA**  
**FACULDADE DE EDUCAÇÃO**  
**PROGRAMA DE GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

**ELBA CRISTINA DO MONTE ANUNCIÇÃO**

**PARCERIA ESCOLA E FAMÍLIA: A PROMOÇÃO DE UM PROCESSO DE ENSINO  
E APRENDIZAGEM DE QUALIDADE**

Proposta parcial de Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação apresentada como requisito avaliativo para obtenção do Curso de Graduação em Pedagogia, da Universidade Federal de Uberlândia. Pedagogia EAD.

Orientador: Prof. Dr. Armindo Quillici Neto.

**UBERABA – MG**

**2021**

## **Folha de aprovação**

## RESUMO

O ambiente escolar é formado por diversos sujeitos que juntos, buscam promover um processo de ensino e aprendizagem de qualidade. Dentre esses sujeitos, pode-se destacar o papel da escola e da família, que apesar de terem responsabilidades distintas, possuem objetivos em comum. Dessa maneira, torna-se viável que essa relação baseie-se em uma participação colaborativa. Apesar de sua importância para a aprendizagem e desenvolvimento do indivíduo, é possível observar que essa relação ainda enfrenta dificuldades e envolvem fatores conflitantes que acabam repercutindo negativamente na qualidade do processo educativo e do próprio trabalho realizado na escola. Dessa forma, entende-se que a escola deve buscar desenvolver um papel significativo para estimular a participação das famílias nas atividades escolares. A partir disso, o presente trabalho tem como objetivo identificar como a escola pode manifestar ações que promova a participação das famílias no acompanhamento das atividades e no cotidiano escolar de seus filhos, visando contribuir com um processo de ensino e aprendizagem de qualidade. Para tanto, o trabalho adotou como metodologia a realização de uma narrativa no formato de um memorial, fundamentando-se em pesquisas bibliográficas, buscando, a partir de estudos já realizados anteriormente, aprofundar a compreensão sobre essa relação, buscando identificar as responsabilidades de cada um, os fatores que colaboram para o distanciamento entre esses sujeitos e as estratégias que podem ser utilizadas pelas escolas para a melhoria da relação com as famílias. A partir desses estudos, foi possível compreender as responsabilidades que escola e família possuem no aperfeiçoamento das capacidades intelectuais e morais dos alunos, responsabilidades estas que se diferenciam ao mesmo tempo em que aproximam os dois sujeitos, demonstrando a necessidade da parceria entre ambos. Dessa maneira, compreende-se que uma relação colaborativa entre escola e família é algo realmente essencial para a qualidade do processo educativo, sendo primordial, para tanto, que haja o reconhecimento, a conscientização e a valorização de todos os agentes escolares, com a escola buscando construir um espaço no qual a família se sinta acolhida e possa realmente colaborar.

**PALAVRAS-CHAVE:** Escola; Família; Aprendizagem; Desenvolvimento;. Processo educativo;. Parceria.

## SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	6
2. PARTE I.....	7
2.1. Memorial.....	7
3. PARTE II.....	11
3.1. Análise histórica entre a relação da escola e da família.....	11
3.2 Contextos que envolvem a relação entre escola e família .....	14
3.3 As responsabilidades e objetivos da escola e da família no processo educativo.....	15
3.4 Fatores que influenciam a qualidade da relação entre escola e família.....	17
3.5 Estratégias que incentivam a parceria entre escola e família.....	23
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	27
Referencias Bibliográficas.....	28

## 1. INTRODUÇÃO

Este estudo consiste no Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), apresentado como requisito obrigatório para a obtenção do título de licenciatura em Pedagogia pela Universidade Federal de Uberlândia (FACED/UFU).

Em consonância com isso, a metodologia adotada consiste na realização de uma narrativa através do formato de memorial, metodologia esta que corresponde a um importante instrumento na busca pelo desenvolvimento pessoal e profissional do professor.

Por meio das narrativas, o indivíduo promove um momento de reflexão para si próprio, contudo, pode também contribuir para o aprendizado de outras pessoas, compartilhando com ela seus pensamentos e conhecimentos, possibilitando-a refletir e aprender com outras experiências. Além disso, o próprio indivíduo autor das narrativas pode aprender ainda mais com as ideias e pensamentos que surgirem no outro a partir desse compartilhamento.

Segundo Sousa e Cabral,

[...] Quando narramos nossa experiência de vida quer seja pessoal ou profissional, é possível produzirmos no nosso semelhante não só a percepção, mas sobretudo a compreensão daquilo que estamos fazendo e do que pensamos sobre o que fazemos. A produção é rica de acontecimentos referentes à experiência de formação, à prática profissional e também à vida. (2015, p.153).

Dessa maneira, as narrativas se constituem como importantes meios de reflexão e de desenvolvimento da prática docente, servindo para a comunicação e também como uma ferramenta de aprendizagem, isto é, observa-se que as narrativas promovem a reflexão e uma constante aprendizagem da prática docente, contribuindo de forma eficaz para o desenvolvimento profissional dos professores, desde sua formação inicial até quando já estão em exercício.

A profissão de professor é aprendida desde sempre pelas pessoas. Mesmo pequenos, como estudantes, acabamos aprendendo algo sobre essa profissão. Assim como mesmo depois de formados, se aprende todos os dias na rotina da escola e das salas de aula. Ser professor é estar realmente em constante aprendizado.

Sobre isso, Cunha afirma que

O professor constrói sua performance a partir de inúmeras referências. Entre elas estão sua história familiar, sua trajetória escolar e acadêmica, sua convivência com o ambiente de trabalho, sua inserção cultural no tempo e no espaço. Provocar que ele organize narrativas destas referências é fazê-lo

viver um processo profundamente pedagógico, onde sua condição existencial é o ponto de partida para a construção de seu desempenho na vida e na profissão. Através da narrativa ele vai descobrindo os significados que tem atribuído aos fatos que viveu e, assim, vai reconstruindo a compreensão que tem de si mesmo.[...] (1997, p.189).

Considerando isso, o trabalho de conclusão de curso busca registrar as reflexões sobre os acontecimentos que contribuíram para a formação da prática docente, seja no ambiente familiar, nas escolas frequentadas, nas ações de antigos professores e colegas, e tem como objetivo levar a análise crítica sobre os acontecimentos da trajetória acadêmica e intelectual através do formato de memorial como opção metodológica de pesquisa e formação docente.

A partir das atividades teóricas e práticas possibilitadas no decorrer do Curso de Pedagogia, chegou-se ao tema “Parceria escola e família: A promoção de um processo de ensino e aprendizagem de qualidade” que despertou o interesse por sua importância no processo de ensino e aprendizagem e observação de que ainda envolve um problema muito presente nas escolas brasileiras.

Diante disso, o trabalho será dividido em três partes. A primeira parte do trabalho irá abordar as narrativas sobre a minha trajetória de vida acadêmica, como se deu a escolha do curso, fazendo reflexões sobre os conhecimentos adquiridos dentro do curso de Pedagogia a distância da UFU.

Na segunda parte, será apresentado o estudo teórico sobre a importância da parceria entre a família e escola para promover um processo de ensino e aprendizagem de qualidade, buscando abordar a relação entre escola e família no decorrer do tempo, observando questões como as responsabilidades de cada um desses sujeitos no processo educativo, os aspectos que afetam a qualidade da relação e estratégias que podem ser utilizadas pelas escolas para estimular a parceria com a família.

Por fim, o trabalho será concluído na terceira parte, buscando pontuar sobre minhas perspectivas, pretensões e interesses de atuação como futura educadora.

## **2. PARTE I**

### **2.1. Memorial**

Meu nome é Elba Cristina do Monte Anunciação, nasci no dia 4 de janeiro de 1987 na cidade de Alta Floresta MT. Atualmente moro em Uberaba MG.

No meu tempo de escola, tive grandes oportunidades de ter boas experiências e conviver com diversas pessoas, de culturas e condições sociais diferentes, o que acabou por contribuir para meu aprendizado sobre o respeito e a valorização de todas as pessoas, sem discriminação.

Os conhecimentos que obtive na Educação Infantil, Ensino Fundamental e Médio constituíram importantes bases para a minha vida, mas muito mais do que isso, as experiências e as interações que foram possibilitadas no meio escolar nesses períodos, também deixaram importantes marcas que contribuíram para a minha visão de mundo e sendo determinantes para a minha vida futura.

O meu primeiro contato com a escola se deu aos seis anos quando minha mãe me colocou na Educação Infantil da escola municipal Sítio do Pica Pau Amarelo localizada na cidade de Alta Floresta MT. A minha inserção na educação Infantil se deu pelo fato da minha mãe ser solteira e ter começado a trabalhar. Minha mãe já atuou no magistério, na educação infantil, e sempre considerou a educação de suma importância para o desenvolvimento dos sujeitos.

Nesta escola fiquei até o término da educação infantil, depois disso, nos meus sete anos de idade, fui matriculada em uma escola particular da cidade, no primeiro ano das series iniciais do Ensino Fundamental, com o intuito de me proporcionar um estudo com mais qualidade e devido a uma melhor situação financeira de minha família. Recordo da rígida disciplina que era exigida nessa escola, todos os dias devíamos fazer uma oração no começo das aulas. Em dias festivos, éramos todos convocados a quadra da escola pra cantar o hino nacional.

Em 1996, devido a minha mãe ter pedido transferência do emprego dela, me mudei para Uberaba MG. Assim que cheguei a Uberaba fui matriculada na Escola Estadual Dom Eduardo onde permaneci até a 4ª série das series iniciais do Ensino Fundamental. Esta instituição de ensino era muito diferente as quais estava familiarizada. No meu primeiro dia de aula, considerando que já estava na metade do ano letivo me deparei com uma sala de aula com muitos alunos e sem muita disciplina. A professora para tentar manter a aula organizada utilizava de métodos mais severos, com o qual presenciei gritos e certa agressão física por parte da mesma.

Essa nova realidade mexeu muito comigo, que a principio me fez perder a vontade de frequentar a escola, onde muitas vezes, por medo, matava aula. Minha mãe ao descobrir que estava faltando às aulas, me fez voltar a frequentar o que me levou a andar conforme a

carruagem. Diante disso, o meu rendimento escolar só foi caindo fazendo esse quadro perdurar até o final do ensino médio.

Em 1998 fui matriculada na Escola Estadual Corina de Oliveira e acabei permanecendo até a 8ª série do Ensino Fundamental. Em 2002 passei a estudar na Escola Estadual São Benedito devido ao fato de ter reprovado na 8ª série na escola anterior. No ano seguinte, passei a estudar na Escola Estadual Minas Gerais, conseguindo completar o 1º ano do Ensino Médio apenas em 2004. Em 2005 tive a minha filha e por esse motivo dei uma pausa nos estudos, conseguindo voltar apenas em 2006 em uma escola de Educação para Jovens e Adultos (EJA), onde concluí o ensino médio em 2008.

Essa foi uma escolha mais acessível para conseguir completar meus estudos, que me permitiu estudar em casa os conteúdos exigidos de cada matéria, tendo um presencial que consistia em tirar dúvidas com os professores e aplicação de provas, um pouco parecido com o estudo de educação à distância, com a diferença que não eram aplicados trabalhos além das provas como meio de avaliação. Recordo de um professor, que ensinava Física, e este tinha um total domínio da matéria, como também tinha clareza em conseguir ensiná-la.

As minhas experiências profissionais se limitaram principalmente na área comercial com baixos salários. Busquei realizar alguns cursos técnicos, buscando melhorar o meu currículo, com o objetivo de conseguir melhores qualificações e conseqüentemente melhores salários, mas não consegui concluir por problemas financeiros enfrentados na época. Desde então, passei a considerar um curso superior, no entanto o custo do curso impedia minha formação.

Em 2017 surgiu a oportunidade de cursar Pedagogia a Distância na Faculdade Federal de Uberlândia (UFU) através da Universidade Aberta do Brasil (UAB) que é um sistema implementado pelo governo federal, em conjunto com os governos Estaduais e Municipais, que oferece, por meio das Instituições de Ensino Superior (IES) públicas, cursos de nível superior gratuito e de qualidade para camadas da população que tem dificuldade de acesso à formação universitária, utilizando-se da metodologia de educação à distância.

O vestibular para o ingresso no curso de Pedagogia foi um enorme desafio para mim. Não me preparei, fazia muito tempo que não estudava e devido a isso não consegui passar no primeiro momento, me deixando frustrada, me levando a desistir da ideia de voltar a estudar novamente. No entanto, minha irmã não desistiu, e continuou a olhar as chamadas do vestibular que tinha realizado, sendo que, na sexta chamada consegui ingressar no curso.

Quando fui aprovada para o vestibular da UFU, acreditei que por ser um curso a distância, e pela minha experiência com o EJA, a sua realização seria bem simples, porém,

confesso que me surpreendi, positivamente. O curso foi muito bem estruturado, com materiais de qualidade e profissionais capacitados, que conseguiram me orientar de forma clara e objetiva. As atividades propostas exigiram realmente estudos, disciplina e comprometimento.

Observando agora todo o decorrer da minha escolarização, percebo que não foi fácil, sendo que estudei em várias escolas. Refletindo sobre isso, percebo que o papel da minha família durante todo o processo da minha escolarização foi fundamental para que eu realmente continuasse a buscar por melhorias acadêmicas, contribuindo para que as minhas ações e escolhas se voltassem para a busca de melhores conquistas.

Entendo agora a importância da relação entre a família e a escola na vida dos indivíduos. Um depende da outra, sendo primordial que ambos compreendam e assumam suas funções nesse processo, dando-se suporte e buscando seguir por um mesmo caminho.

Considerando isso, dentre todos os assuntos abordados durante o curso de Pedagogia e os problemas que enfrentei durante a minha escolarização, o que mais me chamou a atenção refere-se justamente à importância da família no processo formativo dos indivíduos, sendo este o tema de aprofundamento do memorial como trabalho de conclusão de curso.

Devido à sua importância, é uma relação que acaba sendo objeto de pesquisa de vários educadores, na busca por melhor compreensão e alternativas de melhoria, sendo sempre constatada a complexidade dessa relação, envolta de várias interfaces.

Diante disso, dentre os conhecimentos adquiridos durante o curso, algo que ficou claro refere-se à aprendizagem e o desenvolvimento do indivíduo que ocorrem de forma ampla, ou seja, muito além da sala de aula, considerando toda a sua interação com o meio social, cultural e histórico ao qual está envolvido.

Considerando isso, a escola tem importante papel no processo educativo, mas não o realiza de forma unilateral, haja vista que os alunos interagem de forma ampla, com os diversos agentes sociais, os quais possuem suas próprias características sociais, culturais e históricas. Ou seja, o desenvolvimento e a aprendizagem dos indivíduos é responsabilidade da sociedade de forma geral, devendo contar com o apoio de todos os seus agentes, em prol de um objetivo em comum, que deve ser a formação plena do indivíduo. Neste caso, vale considerar sim a relevância do papel e função da escola, assim como também de outro importante agente social, as famílias dos alunos.

A partir desse conhecimento, foi possível analisar a importância da relação entre a escola e a família para o processo formativo dos indivíduos. No entanto, foi possível observar durante a realização do curso de Pedagogia e das experiências possibilitadas em algumas escolas de Uberaba, que é comum a ausência dos pais na educação escolar dos seus filhos.

Devido a isso, observou-se que a relação entre escola e família ainda está envolta de vários entraves, que acabam contribuindo para a perda da qualidade do processo educativo, de problemas relacionados à aprendizagem e também questões comportamentais dos alunos.

Considerando todo o curso de Pedagogia, observo que obtive importantes conhecimentos que com certeza são muito importantes para a prática docente. Aprender-los já na formação, foi realmente necessária para me preparar adequadamente como futura professora.

O curso me forneceu um novo olhar sobre a educação, me fazendo compreender o quanto importante tem o papel do professor na construção de um cidadão consciente. Foi algo que realmente contribuiu para o meu entendimento sobre a grande importância desse trabalho, de sua complexidade e seriedade de forma a transformar a escola em um espaço efetivo de aprendizagem, transformação do saber, inclusão e cidadania.

Ensinar é a prática de transmitir conhecimentos a outra pessoa e ser professor consiste em um significado mais amplo, considerando que a principal função é ensinar, mas com conhecimento pessoal, técnico e pedagógico, assim como tendo sempre como principal propósito fazer com que os alunos aprendam o que é ensinado, de forma que pessoas sejam adequadamente formadas e socializadas.

### **3. PARTE II**

#### **3.1. Análise histórica entre a relação da escola e da família**

Partindo dos estudos de Fantinato (2012), ao se analisar brevemente a história da educação, enfocando especialmente a relação entre escola e família, é possível observar que até o século XV, a educação era promovida pelas famílias, que ensinavam às crianças os serviços domésticos, vistos como uma forma de educação, na qual se aprendia pela prática. Era uma forma de ensino muito comum na época, com a transmissão de aprendizagem direta ocorrendo de uma geração para a outra, mas que acabava tirando o espaço da escola.

A partir do século XVI, esse cenário começou a mudar, tendo como fator de propulsão a nova realidade das famílias e a ressignificação da infância e da adolescência, com as famílias passando para as escolas a função da educação, buscando suprir suas necessidades de cuidados com as crianças, assim como com os mesmos procurando ficarem mais próximos dos filhos. Ainda nesse período, observa-se que como resposta à divisão social do trabalho e ao nascimento do Estado, da nova família e da propriedade privada, a escola surge como

instituição formal, com a família deixando de ser a única responsável pela educação e passando a dividi-la com as escolas. A partir disso, “a educação passou a ser vista mais como instituição do que como prática de vida” (SANTOS, 2006, apud FANTINATO, 2012, p. 15).

No século XIX, as sociedades capitalistas industrializadas desencadearam importantes transformações, não só no meio de trabalho, mas afetando também as demais áreas sociais, dentre elas a educação. A maior participação das mulheres no mercado de trabalho exigiu uma divisão na responsabilidade de criação dos filhos, com as creches e escolas sendo vistas como instrumentos que possibilitavam isso, ou seja, a educação passou a ser deixada mais a cargo dessas instituições.

Outro fator que pode ser destacado diz respeito às novas configurações familiares, que ganharam visibilidade a partir de meados do século XX, sendo que de um modelo tradicional, passou para diversas outras formas.

Essas mudanças que foram ocorrendo na família no decorrer do tempo levaram a percepção de que a mesma estava em crise, não conseguindo mais cumprir com sua função de instituição de aprendizagem e educação. Neste sentido, destaca-se o ponto de vista de Lash (1991, apud FEVORINI e LOMÔNACO, 2009), que ressalta que um fator decisivo para o enfraquecimento da família foram as políticas públicas e os serviços de bem-estar social.

Neste contexto, as famílias passaram a ser vistas como empecilhos para o progresso social, desencadeando no início do século XX, com o surgimento das profissões assistenciais, que a sociedade invadisse a família e tomasse dela muitas de suas funções (FEVORINI e LOMÔNACO, 2009).

Assim, considerando as responsabilidades que foram sendo atribuídas à escola, convém destacar que ela é uma instituição que acaba se associando aos interesses e objetivos do Estado, que geralmente se relacionam ao contexto social, econômico, cultural e político do momento. Diante disso, observa-se que historicamente, “nosso modelo de escola possui o papel de formar a classe trabalhadora, e a esse acrescenta o de “domesticar” os instintos de crianças que, de outra forma, poderiam prejudicar o bom andamento do sistema vigente” (CHAZANAS, 2011, p. 25-26).

Assim, entende-se que esse papel atribuído à escola, que se reflete até os dias atuais, acabou contribuindo para que não se buscasse ter uma efetiva participação das famílias no ambiente escolar.

No Brasil, a educação acompanhou de certa forma, o contexto geral do período histórico no qual estava vivendo, sendo que a participação da família na escola também acabou sendo ignorada por muito tempo. Neste caso, destaca-se o cenário centralizador e

autoritário que permeou a sociedade e, em especial, as escolas, com as instituições escolares detendo de forma unilateral o poder de decisão quanto ao processo educativo dos indivíduos, assim como quanto à própria inclusão dos mesmos nesse espaço.

Esse cenário foi sendo alterado com o próprio desenvolvimento da sociedade e, em especial, devido aos interesses da população, que por meio de reivindicações e lutas sociais conseguiram mudar os rumos da educação no Brasil, pelo menos, em partes, haja vista que no ensino atual, ainda há reflexos das ações adotadas no passado.

Apesar disso, o contexto atual do ensino deve se basear em um projeto educacional democrático, no qual é reconhecido que cada agente escolar influencia a aprendizagem e o desenvolvimento dos alunos, sendo fundamental que todos participem e tenham voz ativa nos aspectos que envolvem a escola. Esse projeto consta na legislação brasileira, sendo incluído inicialmente na Constituição Federal de 1988 e depois fazendo parte de outros documentos, garantindo a implementação da gestão democrática nas escolas, gestão esta que garante a participação de todos os envolvidos na vida escolar nos processos de decisão da escola.

Com esse projeto, a comunidade e a família passaram a ter visibilidade e maior autonomia no processo educativo, com seus pensamentos e expectativas sendo respeitados e valorizados.

Neste sentido, a relação da escola com a comunidade, em especial com as famílias dos alunos, e seus impactos ao processo de ensino e aprendizagem, ganhou mais notoriedade e passou a se constituir como uma realidade nas escolas brasileiras. No entanto, diante dos reflexos da concepção de educação que prevalecia antigamente, pautada em uma sociedade centralizadora, autoritária e excludente, ainda apresenta dificuldades e resistências nessa relação.

Em meio a isso, cabe observar que a importância da participação da família no processo educativo foi ignorada por muito tempo, sendo que essa situação, com foco na relação entre escola e família, começou a ser efetivamente percebida e estudada em áreas como a sociologia da educação a partir dos anos 60. “Antes disso, o tema não era considerado importante, porque tanto a casa quanto a sala de aula eram espaços privados, não havendo entre eles, relações estreitas” (RIBEIRO, 2004, p. 18).

No início, os estudos centravam-se nas desigualdades sociais e seus impactos à educação, considerando, neste sentido, a classe social e o padrão cultural das famílias. Posteriormente, os estudos começaram a englobar também as práticas pedagógicas cotidianas, enfocando os processos e interações que ocorrem na escola e nas famílias e suas relações (RIBEIRO, 2004).

Ainda considerando Ribeiro (2004), são vários os caminhos e as conclusões dos estudos realizados, que abordam questões como os limites das famílias quanto ao envolvimento na vida escolar dos filhos, a necessidade de maior comunicação da escola com os pais, o aumento do período de estudo por meio de lições de casa e a relação do nível de escolaridade dos pais com o desempenho escolar dos filhos. Há ainda estudos que tratam sobre a importância da participação da família na gestão escolar e nas decisões curriculares, algo que se relaciona a um espaço mais democrático.

Sendo assim, é possível observar que a relação entre escola e família foi ignorada por muito tempo, todavia, teve sua importância reconhecida, ganhando notoriedade no ambiente escolar e constituindo-se de objeto de estudo de várias pesquisas da área educacional, as quais evidenciam a real importância dessa relação para o processo de ensino e aprendizagem dos indivíduos, assim como demonstram a complexidade que permeia essa relação, que no mundo atual, até como consequência desse período no qual não se dava a importância necessária, ainda apresenta dificuldades e fatores conflitantes, que estimulam ainda mais estudos sobre o tema.

### **3.2 Contextos que envolvem a relação entre escola e família**

O processo de aprendizagem e desenvolvimento dos indivíduos se desencadeia a partir de seu contexto sociocultural, ou seja, os aspectos humanos somente existem devido à cultura, história e sociedade, e da interação entre os sujeitos. Santos e Toniosso (2014, p. 124) enfatizam que “O ser humano se encontra em um processo constante de socialização com o meio no qual vive, a partir das interações com os indivíduos a sua volta estabelece relações afetivas e sociais que irão nortear sua trajetória no processo histórico.”.

Dessa maneira, é possível observar que o desenvolvimento e a aprendizagem dos indivíduos ocorrem a partir de suas interações com o meio e com os demais sujeitos que participam do mesmo. Com isso, compreende-se que todos os sujeitos e espaços sociais assumem também a função de educadores, sendo que “a educação ocorre no encontro de pessoas que carregam uma cultura e se dá tanto de modo formal, na escola, como informal, na família, no trabalho, nas igrejas, sindicatos, movimentos populares e demais organizações sociais” (SZYMANSKI, 2007, apud FANTINATO, 2012, p. 16).

Dentre esses educadores, a família e a escola têm papéis fundamentais, haja vista que possuem uma interação mais ativa na vida dos indivíduos, em especial na infância, período

este que envolve o início e a base do processo de aprendizagem e desenvolvimento do ser humano. Neste sentido, entende-se que cada educador possui uma função, mas precisando trabalhar em conjunto, dando-se suporte e buscando conduzir a educação para um mesmo caminho, ou seja, é primordial que a família e a escola estabeleçam uma relação pautada na participação e na colaboração mútuas.

Todavia, algo que acaba sendo perceptível na atualidade é que a relação entre família e escola enfrenta várias dificuldades e conflitos, que afetam o processo de ensino e aprendizagem e, conseqüentemente, o desenvolvimento das crianças.

Em meio a isso, tendo como foco de estudo a relação entre escola e família, convém primeiramente conhecer os aspectos que envolvem essa relação, especificamente as responsabilidades de cada um desses agentes no processo educativo e os fatores que possam estar contribuindo para as dificuldades e conflitos que impactam a parceria entre os dois. Posteriormente, se buscará identificar ações que a escola pode adotar para trabalhar as dificuldades observadas, favorecendo a relação entre ambos e contribuindo para a promoção de um processo educativo de qualidade.

### **3.3 As responsabilidades e objetivos da escola e da família no processo educativo**

A escola e a família possuem papéis centrais no processo educativo dos indivíduos, com responsabilidades quanto à transmissão e conseqüente construção do conhecimento acumulado pela humanidade. Mas não se resume apenas a isso, haja vista que são responsáveis também pela formação de cidadãos, indivíduos membros da sociedade, com capacidade de interagir e participar da mesma, considerando seus direitos e deveres. Com isso, escola e família acabam compartilhando além de funções educacionais, também funções sociais e políticas.

Neste sentido, “a família e a escola emergem como duas instituições fundamentais para desencadear os processos evolutivos das pessoas, atuando como propulsoras ou inibidoras do seu crescimento físico, intelectual, emocional e social” (DESSEN, POLONIA, 2007, p. 22), todavia, a atuação de cada uma considera suas próprias características e responsabilidades, ou seja, a educação promovida pela escola se distingue da proporcionada pela família.

Afinal, sabemos que a criança aprende a falar em casa, com a família, depois vai à escola, onde será ensinada a ler e escrever, porém, a educação em casa

não para, só não é a mesma da educação escolar. É uma complementação, escrever é uma função técnica a partir da comunicação verbal. Ou seja, família e escola, juntas, educam uma criança, cada qual em um aspecto e por isso, a sintonia entre elas deve ser grande (FANTINATO, 2012, p. 15-16).

A família se constitui como o primeiro ambiente de socialização do indivíduo, no qual o mesmo encontrará padrões sociais e culturais que influenciarão seu desenvolvimento e sua forma de existir e de ver e atuar no mundo. Neste sentido, observa-se que ela faz a mediação entre o homem e a cultura, transmitindo valores, crenças, ideias e significados, impactando, assim, o desenvolvimento afetivo, social e cognitivo do indivíduo. Conforme destaca Dessen e Polonia (2007, p. 22), “ela é a matriz da aprendizagem humana, com significados e práticas culturais próprias que geram modelos de relação interpessoal e de construção individual e coletiva”.

Neste sentido, destaca-se que junto à família, a criança aprende aspectos que influenciarão sua forma de se comportar e de interagir com os demais, podendo, por exemplo, serem citados aspectos como a administração de conflitos, o controle de emoções, a expressão de sentimentos e a aceitação ou não da diversidade. Tais habilidades sociais e formas de expressão repercutem nos demais ambientes nos quais o indivíduo interage, dentre eles, a escola, podendo caracterizar comportamentos saudáveis ou ocasionar problemas, alterando, por exemplo, a saúde mental e física dos indivíduos (DESSEN e POLONIA, 2007).

Em meio a isso, as experiências familiares afetam a formação do indivíduo, em sua forma de pensar e agir diante de questões universais e particulares, e atingem também a própria sociedade, na medida em que criam os cidadãos que atuarão na mesma. Neste caso, convém destacar que a sociedade influencia a formação das famílias e a forma que as mesmas educam seus filhos, todavia, percebe-se que o contrário também acontece, com as famílias influenciando a formação da sociedade, atingindo ainda, ambientes sociais como a escola. Constata-se, assim, que

é por meio das interações familiares que se concretizam as transformações nas sociedades que, por sua vez, influenciarão as relações familiares futuras, caracterizando-se por um processo de influências bidirecionais, entre os membros familiares e os diferentes ambientes que compõem os sistemas sociais, dentre eles a escola, constituem fator preponderante para o desenvolvimento da pessoa. (DESSEN e POLONIA, 2007, p. 22).

A escola, por sua vez, tem como responsabilidade central o processo de ensino e aprendizagem, buscando garantir, neste caso, a apreensão de conhecimentos por parte dos alunos. No entanto, não envolve apenas isso, caracterizando-se por um espaço no qual os

alunos interagem com outras pessoas, deparando-se e tendo de lidar com as situações que caracterizam o convívio social, ou seja, situações que acabam influenciando a aprendizagem e o desenvolvimento dos indivíduos também quanto a aspectos social, cultural e afetivo.

Neste sentido, observa-se que a escola constitui um contexto diversificado de desenvolvimento e aprendizagem, reunindo em seu espaço uma diversidade de conhecimentos, atividades, regras e valores, sendo permeado também por conflitos, problemas e diferenças (MAKONEY, 2002, apud DESSEN e POLONIA, 2007). A partir desse espaço, caracterizado por seus aspectos físico, psicológico, social e cultural, os indivíduos processam o seu desenvolvimento global, por meio das atividades programadas e realizadas dentro e fora da sala de aula (REGO, 2003, apud DESSEN e POLONIA, 2007). Desta forma, a escola caracteriza-se como uma instituição que busca promover o desenvolvimento cognitivo do aluno, mas que também envolve o desenvolvimento de aspectos ligados à sua formação pessoal e sua interação com a sociedade.

Em síntese, a escola é uma instituição em que se priorizam as atividades educativas formais, sendo identificada como um espaço de desenvolvimento e aprendizagem e o currículo, no seu sentido mais amplo, deve envolver todas as experiências realizadas nesse contexto. Isto significa considerar os padrões relacionais, aspectos culturais, cognitivos, afetivos, sociais e históricos que estão presentes nas interações e relações entre os diferentes segmentos. Dessa forma, os conhecimentos oriundos da vivência familiar podem ser empregados como mediadores para a construção dos conhecimentos científicos trabalhados na escola. (DESSSEN e POLONIA, 2007, p. 26-27).

De forma geral, é possível observar que no processo educativo, a família tem responsabilidade quanto à socialização do indivíduo, assim como ao seu desenvolvimento social, cognitivo e afetivo, utilizando, para tanto, métodos e conteúdos informais, próprios da educação familiar. A escola, por sua vez, respalda-se em uma educação formal, com conteúdos curriculares e métodos pedagógicos, que buscam assegurar o ensino e a aprendizagem dos conhecimentos socialmente produzidos, considerando em seu trabalho os aspectos culturais, cognitivos, afetivos, sociais e históricos que afetam o desenvolvimento do indivíduo e suas interações com o meio, provenientes do contato com o meio social, em especial com a vivência familiar.

### **3.4 Fatores que influenciam a qualidade da relação entre escola e família**

Conforme destacado, a escola e a família possuem importantes papéis quanto ao desenvolvimento e aprendizagem dos indivíduos, podendo, neste sentido, contribuir para impulsionar esse processo ou mesmo inibi-lo. Considerando que ambas impactam o processo educativo, para que o mesmo ocorra de forma plena, é fundamental que escola e família atuem buscando um objetivo comum, ou seja, precisam manter uma relação baseada na parceria e na colaboração mútuas.

Observando isso, compreender os aspectos que afetam a qualidade da relação entre escola e família caracteriza-se como importante fonte de informação para pensar em estratégias que visem melhorar esse vínculo e transforma-lo em uma relação que contribua para a efetiva aprendizagem e desenvolvimento dos alunos.

Ao se estudar o tema, é visível que a relação entre escola e família está, na realidade de muitas instituições, envolta em tensões e fatores conflitantes, com isso podendo ser consequência de entraves causados tanto pela escola como pelas famílias. Inicialmente, podem-se destacar as concepções que tais sujeitos possuem um sobre o outro, ligados a preconceitos, estereótipos e visões distorcidas, que acabam contribuindo para dificultar o entendimento e a relação entre ambos.

Dentre tais concepções, observa-se que muitos educadores entendem que a escola não consegue afetar e transformar de maneira positiva as famílias dos alunos, com isso, as crianças provenientes dessas famílias, já têm seus futuros traçados a partir das condições que vivenciam em casa, ou seja, é uma compreensão que reflete uma visão negativa e estereotipada em relação a certos alunos, os quais os educadores já entendem que são incapazes e desmotivados, não podendo ser feito nada para mudar isso (CAVALCANTE, 1998).

Esta situação acaba afetando a própria família, que não tem por parte da escola motivação para melhorar e acaba ela própria tendo uma visão de que não conseguirá contribuir com a aprendizagem de seus filhos, isto é, com essa falta de acolhimento e apoio por parte da escola, focando apenas nas dificuldades e não no potencial das famílias, as mesmas passam a se sentir incapazes de melhorar (FANTINATO, 2012).

Diante dessa situação, observa-se ainda a busca da escola em responsabilizar as famílias pelo insucesso escolar, não assumindo sua própria parte no processo educativo. Neste caso, convém destacar que por mais que a família tenha uma parcela de culpa nas dificuldades vivenciadas pelos alunos, há, em muitos casos, por parte da escola, uma generalização indevida, não pautada em reais reflexões sobre a própria conduta (FEVORINI e LOMÔNACO, 2009).

Nesta direção, observa-se que as responsabilidades atribuídas às famílias envolvem, em especial, sua condição socioeconômica e cultural e sua própria formação familiar, com as mesmas sendo rotuladas de “desequilibradas”, “desinteressadas”, “carentes” e, no caso de comunidade de baixa renda, de “violentas” (SZYMANSKI, 2003, apud FEVORINI e LOMÔNACO, 2009). Isso demonstra que as escolas parecem estar alienadas do atual contexto social, no qual se encontram diversas organizações familiares, utilizando essa situação para justificar as dificuldades de aprendizagem e/ou de comportamento dos alunos quando os mesmos não são provenientes de um modelo familiar tradicional.

Buscando compreender o aspecto socioeconômico das famílias com o desempenho escolar de seus filhos, cabe observar que não é fator determinante, mas, de certa forma, acaba influenciando o processo educativo do indivíduo, haja vista que os recursos e as condições de cada família podem favorecer ou dificultar esse processo. Conforme destacam Nogueira, Resende e Viana (2015), o perfil social das famílias influencia o acesso às escolas, assim como o desempenho das crianças relaciona-se fortemente ao nível socioeconômico, ou mais amplamente às condições objetivas das famílias, ou seja, com os estudos realizados, os autores conseguiram evidenciar a forte relação entre posição ou origem social e o acesso a bens educativos mais valorizados.

Neste sentido, convém destacar que as famílias de classes sociais mais baixas acabam sendo as mais afetadas, tanto no que diz respeito aos recursos financeiros e materiais, como também na questão cultural. Na pesquisa realizada, Nogueira, Resende e Viana (2015) se depararam com diversas mães que assumiram explicitamente suas dificuldades concretas para acompanhar a escolaridade dos filhos, relacionadas a aspectos culturais (baixa escolaridade) ou socioeconômicos (excesso de trabalho, falta de tempo e de condições objetivas mínimas).

Em contrapartida, as famílias de classe média e média alta já se encontram em uma posição mais favorecida, tendo uma adesão maior aos valores, normas e exigências das escolas. Nesse meio, há uma expectativa de ascensão social por meio da escola, com a família se mostrando presente e exigente em relação à vida escolar de seus filhos (FEVORINI e LOMÔNACO, 2009). Contudo, mesmo nesse cenário mais presente na vida escolar dos filhos, essas famílias também se veem obrigadas a lidar com os problemas educativos sem uma real reflexão da própria escola, que atribui as dificuldades a fatores externos a ela, tais como problemas emocionais, neurológicos ou comportamentais, indicando que a família encaminhe os alunos para tratamento junto a profissionais como psicólogos, fonoaudiólogos e psicopedagogos.

Não que as dificuldades de aprendizagem não possam necessitar de um tratamento junto a uma desses profissionais, mas o que chama a atenção, conforme destaca Fevorini e Lomônaco (2009, p. 80), é que “alheias ao fato de que o fracasso escolar implica múltiplos fatores, as escolas terceirizam o problema, fazendo com que os pais recorram a um arsenal de especialistas sem considerar a possibilidade de rever suas práticas”.

Especificamente no caso das novas organizações familiares, Fevorini e Lomônaco (2009) ainda conseguiram observar, por meio de seus estudos, focados em famílias de classe média e média alta, que as diferentes configurações familiares parecem não interferir no acompanhamento da escolaridade dos filhos e nem na atenção dada a eles em aspectos afetivo e social.

Em grande parte, apesar das diferenças evidenciadas e das possíveis dificuldades enfrentadas pelas famílias decorrentes de suas formações e condições sociais, convém observar que culpar apenas a família pelo insucesso escolar não reflete uma posição coerente das escolas, haja vista que o processo educativo envolve vários fatores e sujeitos. Na verdade, utilizar tais questões como justificativa representa subterfúgios construídos pelas escolas para se afastarem dos problemas e eximir-se de qualquer responsabilidade. No entanto, “ao atuarem dessa forma, esquecem-se de que as dificuldades de aprendizagem e o fracasso escolar são produtos de múltiplos fatores, incluindo o funcionamento da própria instituição escolar” (PATTO, 1997; PERRENOUD, 2001, apud FEVORINI e LOMÔNACO, 2009, p. 76).

Por outro lado, é possível observar que há famílias que também se respaldam em concepções distorcidas que os fazem atribuir a culpa pelo insucesso escolar de seus filhos apenas a escola, ignorando que eles próprios afetam o processo educativo. Nesta direção, delegam à escola suas obrigações educacionais, eximindo-se do seu papel fundamental de parceira na educação dos filhos, ou seja, essas famílias não se conscientizam que elas possuem responsabilidades no processo educativo dos filhos, que é compartilhado com a escola, sendo assim, com a qual elas devem manter um relacionamento de parceria (JARDIM, 2006).

Neste caso, convém observar que o contexto social atual tem suas influências nas famílias, não só no que diz respeito à sua organização, mas também à sua função de socialização, que sofre interferências da modernidade.

Essa situação acaba contribuindo para que as famílias negligenciem o seu papel educativo e tentem passa-lo para a escola, não percebendo que isso favorece o surgimento de problemas de comportamento, de relacionamento e de aprendizagem e que a escola, em si,

não tem condições de promover essa aprendizagem, além de possuir outros objetivos a serem desenvolvidos junto aos seus filhos. Isso não quer dizer que a escola não deve se preocupar com o desenvolvimento afetivo e social de seus alunos, contudo, o realizam de forma diferente da família, utilizando critérios específicos para atingir e avaliar esse desenvolvimento (JARDIM, 2006).

Outra visão distorcida que pode ser destacada é a expectativa da escola de que cabe à família iniciar o contato e a interação com o ambiente escolar, quando, na verdade, a escola precisa se conscientizar de que o inverso é que trás melhores resultados na relação entre escola e família. Neste sentido, podem-se enumerar motivos que demonstram isso, como: a escola estará mais capacitada em sua missão e trabalho frente aos alunos a partir do desenvolvimento de uma relação de colaboração com as famílias; muitos pais se veem limitados e com dificuldades de tomarem a iniciativa de se envolverem com as atividades escolares, devido a fatores socioeconômicos, culturais ou outros aspectos limitantes; e a escola tem que trabalhar aspectos que ela mesma construiu ao longo da história, que contribuíram para impedir uma participação mais efetiva dos pais nas atividades escolares (CAVALCANTE, 1998).

Até aqui, é possível observar que as dificuldades encontradas na relação entre escola e família estão geralmente associadas a visões distorcidas, estereótipos e falta de entendimento entre ambos. No entanto, cabe observar que há outras barreiras que dificultam o estabelecimento de uma parceria.

Neste sentido, Pugach e Johnson (1995, apud CAVALCANTE, 1998) identificaram outros aspectos que impedem o maior envolvimento dos pais com a escolaridade de seus filhos, ouvindo tanto os pais, como também os professores.

No caso das famílias, os autores observaram que a primeira barreira relaciona-se a falta de recursos dos pais, como, por exemplo, falta de meios de transporte, um local para deixar seus filhos enquanto se envolvem com a escola e a dificuldade para sair do trabalho para atender a instituição escolar. Além disso, há dificuldades na comunicação, que ocorre devido à insensibilidade de alguns profissionais ao lidar com a família, não considerando sua situação e usando uma linguagem que dificulta sua compreensão, algo que intimida muitos pais e bloqueiam uma comunicação mais efetiva. Nesta direção, alguns pais também não compreendem o funcionamento e a organização escolar. Ressalta-se que “escolas, como instituições educacionais que são, tem regras e estruturas complexas, fatores estes que podem intimidar certos pais, exacerbando seu sentimento de inferioridade com relação a professores e diretores e causando alienação” (CAVALCANTE, 1998, p. 155).

Destaca-se que Fantinato (2012) também observou essa dificuldade quanto à comunicação, destacando que a linguagem do profissional tecnicista não deixa claro o que deve ser feito, estando envolta em informações vagas e incompletas, ou seja, não se tem clareza sobre o que é papel da escola, dos professores e da família no processo de aprendizagem, assim como não há uma adequada orientação à família sobre como lidar com seu filho e o que de fato pode fazer para ajudar a escola.

No caso da visão dos professores, Pugach e Johnson (1995, apud CAVALCANTE, 1998) identificaram que a primeira barreira à colaboração relaciona-se a apatia apresentada por muitos pais em relação à escolaridade de seus filhos, sendo algumas causas dessa apatia as experiências educacionais negativas e a baixa autoestima dos pais, assim como a visão cultural que trata o professor como superior à família. A segunda barreira, por sua vez, relaciona-se à falta de tempo para que os professores possam se comunicar com os pais dos alunos, destacando-se ainda que a comunicação com a família não é identificada por muitos profissionais como uma prioridade.

Outro fator identificado por Pugach e Johnson (1995, apud CAVALCANTE, 1998) relaciona-se ao fato de que os professores não são treinados e adequadamente preparados para lidarem com os problemas que envolvem as famílias de seus alunos.

Swap (1992, apud CAVALCANTE, 1998) também destaca alguns aspectos que dificultam a colaboração, podendo-se mencionar a tradição que encoraja a separação entre escolas e famílias, sendo que aos pais são reservadas funções secundárias nas atividades escolares, algo que demonstra que não há uma real busca por colaboração e que acaba fazendo a família se sentir isolada e frustrada. Além disso, o autor destaca como outra barreira as constantes mudanças demográficas e sociais das famílias, como, por exemplo, o aumento da pobreza, a falta de moradia e de condições mínimas de saúde e higiene, situações que dificultam o trabalho colaborativo, mas que demonstram a necessidade de uma colaboração mais urgente.

Outro aspecto levantado pelo autor envolve a manutenção de estruturas educacionais ultrapassadas, isto é, a tendência em se manter os modos antigos de relacionamento que não se adaptam às dinâmicas sociais e às necessidades dos alunos (SWAP, 1992, apud CAVALCANTE, 1998).

De forma geral, é possível observar que esses aspectos levantados demonstram a complexidade da relação entre escola e família, que precisam ser adequadamente trabalhados, de forma a conduzir ao estabelecimento de uma efetiva parceria.

### 3.5 Estratégias que incentivam a parceria entre escola e família

Considerando as responsabilidades da escola e da família no processo de aprendizagem e desenvolvimento do indivíduo, é possível perceber que esses sujeitos influenciam o trabalho um do outro, todavia, cabe destacar que a família acaba tendo um impacto muito maior no ambiente escolar. Com isso, para a promoção de um processo de ensino e aprendizagem eficiente e de qualidade, é necessário que a escola conte com a colaboração de outros contextos que influenciam significativamente a aprendizagem formal do aluno, destacando, neste caso, a importância do papel familiar (FANTUZZO, TIGHE e CHILDS, 2000, apud DESSEN e POLONIA, 2007).

Nesta direção, destaca-se a relevância da escola se conscientizar sobre essa necessidade de colaboração, buscando, para tanto, desenvolver ações que trabalhem as possíveis dificuldades e que estimulem a parceria entre escola e família.

Diante disso, considerando os aspectos mencionados anteriormente, que afetam a qualidade da relação entre escola e família, é possível observar que para o estabelecimento de uma relação saudável e colaborativa, é importante destruir os estereótipos, as concepções e as visões distorcidas que ambos os sujeitos têm um sobre o outro, passando para um cenário de compreensão mútua sobre as responsabilidades e condições de cada um para viabilizar o processo educativo.

Para tanto, a escola não pode basear seu relacionamento com a família a partir de conhecimentos técnicos e especializados, pelo contrário, deve estabelecer uma relação de reciprocidade e de respeito mútuo, estando aberta a ouvir e valorizar os saberes e as opiniões dos pais (FEVORINI e LOMÔNACO, 2009). Isso porque ao impor seu conhecimento, a escola só irá reforçar as eventuais fragilidades e limitações da família, desmotivando-as a participarem das atividades escolares. Além disso, a escola precisa deixar claro às famílias quais são suas responsabilidades no processo educativo, construindo, assim, uma relação pautada na compreensão do papel e possibilidades de cada um, assim como na corresponsabilidade entre os sujeitos escolares.

De forma a se promover isso, as escolas podem promover um programa de formação das famílias, partindo do pressuposto de que “um olhar educativo para a família sugere que as práticas podem ser aprendidas e/ou modificadas segundo uma proposta educacional, e que os pais, enquanto educadores, podem ser sujeitos de um programa de formação” (SZYMANSKI, 2000, p. 19, apud FEVORINI e LOMÔNACO, 2009, p. 83).

Em consonância com isso, Siqueira (2007) identificou em seus estudos escolas que adotam um currículo para as famílias, propondo ações que servem para orientar e formar os pais quanto às questões que se relacionam e causam impactos ao processo de ensino e aprendizagem. Neste caso, envolvem saberes e práticas que se relacionam com o cuidado com os filhos, prevenção contra possíveis riscos sociais e também a importância da interação entre os membros da família, isto é, ensinam aos familiares modos de se educar e de se cuidar dos filhos, assim como modos de se comportar e de orientar a própria vida. Envolve, assim, um programa cujo objetivo é instrumentalizar os pais, para que estes assumam suas responsabilidades na educação das crianças e busquem cuidar de seus filhos e de si mesmos, tendo condições de auxiliar adequadamente a escola a exercer a sua função de ensinar.

Nesta direção, a escola pode planejar eventos em prol da formação das famílias e de sua integração com o ambiente escolar, utilizando, por exemplo, as próprias reuniões de pais, e propondo outros encontros, como palestras, oficinas, gincanas e campanhas que abordem assuntos diversos, selecionados a partir de observações e avaliações dos alunos, assim como partindo de próprias sugestões das famílias.

As reuniões de pais, por exemplo, carecem ser otimizadas, se tornando um espaço importante para reforçar os laços entre escola e família, dando oportunidades para que os pais participem das discussões e da própria sugestão de temas. Neste sentido, antes da reunião, pode-se pedir aos pais que sugiram temas a serem tratados e durante as reuniões, deve-se buscar organização e transparência, deixando claro, por exemplo, a pauta da reunião, os procedimentos para que todos os participantes se manifestem e o tempo e o número máximo de perguntas, destacando que questões pontuais de alunos podem ser tratadas individualmente, em um momento oportuno (FEVORINI e LOMÔNACO, 2009).

No caso de eventos como palestras e campanhas, podem ser organizados a partir de situações que ocorrem no cotidiano escolar, assim, podem abordar questões como o comportamento agressivo e desrespeitoso dos alunos, questões de higiene pessoal e especificidades demandadas na educação de alunos com deficiência (SIQUEIRA, 2007). Além disso, podem ser abordados outros temas não estritamente ligados ao estudo, mas que sejam de interesse e de preocupação das famílias, como, por exemplo, internet, drogas, mercado de trabalho, dentre outros (FEVORINI e LOMÔNACO, 2009).

Cabe considerar que esses eventos podem ser conduzidos por funcionários da própria escola, assim como podem contar com outros profissionais e instituições que possam contribuir com informações relacionadas ao tema. Além disso, a escola também pode promover encontros que estimulem a convivência entre os alunos, as famílias e os

profissionais da escola, propondo, neste caso, atividades mais lúdicas e descontraídas, como esportes, jogos de baralho e gincanas, destacando-se que eventos como este entrelaçam o currículo para as famílias ao currículo para os alunos, uma vez que, em geral, já são planejados para os alunos (SIQUEIRA, 2007).

Conforme destaca Fevorini e Lomônaco (2009), outra prática que aproxima os pais da escola, e, em especial, dos próprios filhos, é o convite para que os mesmos assistam e participem de produtos da aprendizagem das crianças, sendo uma oportunidade para que os mesmos compareçam à escola em função de aspectos positivos. No entanto, esses eventos precisam ser concebidos na perspectiva de socialização, isto é, comunicar o que, como e por que aprendeu não se restringindo, assim, a uma mera exposição de conteúdo.

Tanto Fevorini e Lomônaco (2009) como Siqueira (2007) destacam a importância da avaliação no processo de formação das famílias, sendo algo que possibilita à escola conhecer a opinião e sugestão das famílias quanto à atuação da mesma, assim como podem contribuir para levar a melhorias. Siqueira (2007) ainda destaca a autoavaliação como uma forma dos próprios pais refletirem sobre sua postura perante a escolarização do filho e atuação junto à escola, contribuindo para que os mesmos também busquem melhorar.

Siqueira (2007) destaca que é evidente que diante da necessidade de se desenvolver um currículo também para as famílias, há uma sobrecarga do trabalho, especialmente dos professores, que se veem diante de tarefas extraclasse. No caso das escolas que a autora pesquisou, mesmo não sendo obrigatório, os professores se envolviam com as atividades destinadas à formação das famílias, entendendo que esse trabalho evita cobranças e avaliações negativas quanto ao trabalho docente realizado junto aos alunos, assim como por compreenderem ser algo que trás benefícios para o processo de ensino e aprendizagem.

Fevorini e Lomônaco (2009) também destacam que diante desse programa de formação das famílias, professores, orientadores e diretores de escolas podem se sentir prejudicados, considerando que já possuem muitos afazeres com a realização diária de suas atividades. No entanto, esses autores pontuam que a escola já planeja essas atividades, geralmente dando-as um caráter informativo e expositivo. Desta forma, o que se propõem é que as mesmas sejam elaboradas e realizadas sendo pautadas em um caráter socializador e reflexivo, dentro de uma perspectiva de parceria entre os sujeitos escolares.

Outro aspecto a ser considerado na busca pela promoção da colaboração entre escola e família é a efetiva implementação da gestão democrática, dando real espaço aos pais e alunos nas decisões escolares. “Este engajamento pode encorajar pais e estudantes a saírem de um

estado de alienação, fazendo-os sentirem-se mais aptos no processo educacional e mais participativos na sua comunidade e sociedade” (CAVALCANTE, 1998, p. 157).

Para tanto, essa é uma ação que exige uma real transformação na cultura vigente na escola, sendo que um primeiro impulso para isso envolve o projeto político pedagógico, que deve inserir um espaço para valorizar, reconhecer e trabalhar as práticas educativas familiares, utilizando-as como recurso importante nos processos de aprendizagem dos alunos, atentando-se às diferenças culturais, formação para a cidadania e valorização de ações e de decisões coletivas (KRATOCHWILL e COLS, 2004; MARQUES, 2002, apud DESSEN e POLONIA, 2007). Nesta direção, deve-se investir no fortalecimento dos órgãos colegiados, tais como a Associação de Pais e Mestres e o Conselho Escolar, estabelecendo relações mais próximas (DESSSEN e POLONIA, 2007).

Outro fator que a escola necessita se atentar e utilizar de forma a melhorar a relação entre os sujeitos escolares é a comunicação adotada com a família, haja vista que em muitos casos não há clareza quanto ao que se quer falar, usa-se uma linguagem que dificulta a compreensão, assim como a conduz de forma apenas informativa, sem dar espaço para um real diálogo. Conforme destaca Fevorini e Lomônaco (2009, p. 84), “esse fato aponta para a necessidade de as escolas considerarem que comunicar é um processo dialógico”. Neste caso, deve-se priorizar uma comunicação onde haja reciprocidade e respeito.

Convém destacar também outro aspecto que se relaciona aos discursos utilizados pelas escolas na relação com as famílias. Nas escolas pesquisadas por Siqueira (2007), na busca por se fortalecer a ideia de que a participação das famílias é condição para o sucesso escolar dos filhos, são utilizados o discurso da Psicologia do Desenvolvimento e o discurso jurídico-educacional.

No caso do discurso da Psicologia do Desenvolvimento, passa-se a ideia de que o acompanhamento escolar por um adulto é fundamental para o desenvolvimento mental, físico e emocional das crianças e dos jovens, ou seja, a partir de uma participação mais efetiva, os pais entendem que seu filho apresentará um rendimento escolar melhor. Além disso, diante desse discurso, os próprios profissionais da escola se engajam em ações que contribuirão para o melhor rendimento escolar dos alunos.

O discurso jurídico-educacional, por sua vez, já é utilizado para fazer as famílias se responsabilizarem pela vida escolar de seus filhos. Para tanto, a participação é divulgada como um dever, passível de sanções legais caso isso não aconteça, sendo geralmente utilizado com as famílias que se mostram desinteressadas da vida escolar de seus filhos. No entanto, as escolas também buscam utilizar esse discurso como forma de fortalecer a ideia de que

participar do ambiente escolar é um direito dos familiares, que como sujeitos cidadãos, não podem abrir mão. Neste sentido, esse discurso pode até mesmo ser associado à gestão democrática, que está prevista em lei e que para ser efetivamente implementação, deve contar com a participação da família nas decisões escolares.

Siqueira (2007, p. 147) destaca que:

a utilização do discurso da Psicologia do Desenvolvimento e do discurso jurídico-educacional pelas escolas pesquisadas é importante não apenas para *dar veracidade* à associação que se estabelece entre participação e bom desempenho escolar, mas também como *estratégia* para responsabilizar as famílias pela vida escolar das crianças e dos jovens. Além disso, eles recaem também sobre os/as profissionais das escolas, responsabilizando-os/as pela promoção de eventos para as famílias. Dessa forma, a utilização desses dois discursos pelas escolas pesquisadas faz funcionar a participação das famílias nas escolas, convencendo familiares e profissionais de sua importância.

Outro fator importante que influencia a relação entre escola e família diz respeito à preparação dos profissionais que lidam diretamente com os pais, neste caso, podendo-se destacar o papel dos educadores. Conforme destaca Cavalcante (1998), é preciso que os educadores possuam habilidades nas áreas de comunicação e consultoria, sendo que para desenvolvê-las, podem recorrer a treinamentos que podem ser oferecidos por profissionais proficientes nessas áreas, tais como os psicólogos escolares e os pedagogos.

Pensando nisso, acredita-se que a escola também deveria promover ações voltadas à capacitação de seus profissionais, conscientizando-os sobre a importância de se manter uma relação colaborativa com a família e buscando que os mesmos desenvolvam habilidades de comunicação e de percepção quanto aos aspectos que podem melhorar a relação entre escola e família. Neste sentido, pensa-se que tais ações possam envolver cursos de aprimoramento e reciclagem, assim como reuniões nas quais os próprios profissionais troquem experiências, opiniões e ideias.

De forma geral, conforme destaca Jardim (2006), observa-se que as estratégias que buscam estimular a parceria entre escola e família devem ser construídas de forma planejada e consciente, com a escola criando um espaço de reflexão e de troca de experiências de vida em uma comunidade educativa, estabelecendo, acima de tudo, a aproximação entre os sujeitos escolares.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A percepção da importância da família no desenvolvimento e na aprendizagem do indivíduo sempre se mostrou como uma verdade, mas sem reais comprovações. Isso mudou no decorrer do Curso de Pedagogia, quando foi possível se deparar com estudos que demonstram essa importância para o indivíduo, e, em especial, para o trabalho da escola, que contando com a participação da família, consegue efetivar um processo de ensino e aprendizagem de forma mais eficiente e com qualidade.

Nesta direção, observou-se também que, apesar dos benefícios, a relação entre escola e família ainda envolve diversos desafios para se concretizar e contribuir verdadeiramente com a qualidade do processo educativo, sendo que nas atividades práticas, realizadas no cotidiano escolar, isso ficou ainda mais visível.

Assim, o tema do presente estudo, que se mostrou inicialmente como uma curiosidade, passou, depois, a envolver uma urgência, uma necessidade de compreensão para subsidiar, com qualidade, a futura execução de um trabalho docente. Entendendo que a escola precisa se empenhar para melhorar essa relação, buscou-se compreender como ela pode promover isso, assim, o estudo foi conduzido a partir desse questionamento, buscando trilhar um caminho que levasse a sua resposta.

Para tanto, foram pesquisados diferentes estudos já realizados sobre o assunto, que possibilitaram sanar as curiosidades e promover uma melhor compreensão do tema. Neste sentido, a verdade de que a família é importante no processo de aprendizagem e desenvolvimento do indivíduo ficou ainda mais evidente, assim como se constatou que para a escola, ter a família como parceira, é fundamental para o desenvolvimento de seu trabalho.

Em meio a isso, percebeu-se que escola e família se diferenciam ao mesmo tempo em que se aproximam, precisando atuar juntas para promover com qualidade o processo de aprendizagem e desenvolvimento de seus alunos e filhos. No entanto, ficou visível também a complexidade dessa relação, que precisa enfrentar diversos desafios para se consolidar como parceiras no processo educativo.

Sendo assim, entende-se que é preciso que haja reconhecimento, conscientização e valorização das responsabilidades e das condições de cada um dos sujeitos, sendo que no caso da escola, é necessário que ela construa um espaço no qual a família se sinta acolhida e com a real possibilidade de intervir e colaborar.

## REFERÊNCIAS

CAVALCANTE, Roseli Schultz Chiovitti. **Colaboração entre pais e escola: educação abrangente**. Psicol. Esc. Educ. (Impr.), Campinas, v. 2, n. 2, p. 153-160, 1998. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/pee/v2n2/v2n2a09.pdf>>. Acesso em: 24 mai. 2021.

CHAZANAS, Mariana Costa. Participação na Escola: a voz das famílias. 2011. 114 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2012. Disponível em: <<http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/251115>>. Acesso em: 09 jun. 2021.

CUNHA, Maria Isabel da. **Conta-me agora!: As narrativas como alternativas pedagógicas na pesquisa e no ensino**. Revista da Faculdade de Educação, São Paulo, v.23, n.1-2, p. 185-195, 01 jan. 1997. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/rfe/article/view/59596>>. Acesso em: 21 mai 2021.

DESSEN, Maria Auxiliadora; POLONIA, A da C. **A Família e a Escola como contextos de desenvolvimento humano**. Paidéia, Ribeirão Preto, v. 17, n. 36, p. 21-32, jan./abr., 2007. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/paideia/v17n36/v17n36a03.pdf>>. Acesso em: 19 mai. 2021.

FANTINATO, Fernanda Golghetto. **A relação família-escola: existe um culpado na queixa escolar?**. 2012. 98 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica) – Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2012. Disponível em: <<https://tede2.pucsp.br/bitstream/handle/15170/1/Fernanda%20Golghetto%20Fantinato.pdf>>. Acesso em: 22 mai. 2021.

FEVORINI, L B, LOMÔNACO, J. F B. **O envolvimento da família na educação escolar dos filhos: um estudo exploratório com pais das camadas médias**. Psicologia da Educação, São Paulo, n. 28, p. 73-89, jun. 2009. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/psic/n28/v28a05.pdf>>. Acesso em: 25 mai. 2021.

JARDIM, A. P. **Relação entre Família e Escola: proposta de ação no processo ensino-aprendizagem**. 2006. 105 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Oeste Paulista, Presidente Prudente, 2006. Disponível em: <<http://livros01.livrosgratis.com.br/cp048864.pdf>>. Acesso em: 24 ago. 2021.

NOGUEIRA, C M M; RESENDE, T, de F; VIANA, M J. B. Escolha do estabelecimento de ensino, mobilização familiar e desempenho escolar. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 62, p. 749-772, jul/set. 2015. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbedu/a/6Mjc3v7xvpmLTHLgGmDfz5p/?lang=pt&format=pdf>>. Acesso em 13 out. 2021.

RIBEIRO, Daniela de Figueiredo. **Os bastidores da relação família-escola**. 2004. 266 f. Tese (Doutorado em Ciências) – Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2004. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/59/59137/tde-16072008-230443/pt-br.php>>. Acesso em: 11 jun. 2021.

SANTOS, Luana Rocha dos; TONIOSSO, José Pedro. **A importância da relação escola-família**. 2014. Cadernos de Educação e Sociedade, Bebedouro-SP, 1 (1): 12-134, 2014. Disponível em:

<<https://unifafibe.com.br/revistasonline/arquivos/cadernodeeducacao/sumario/31/04042014074149.pdf>>. Acesso em: 24 out 2021.

SIQUEIRA, Rosani. **A participação nas escolas: um currículo para as famílias?**. 2007. 164 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007. Disponível em: <[https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/HJPB-7C6NWD/1/dissertacao\\_rosani\\_siqueira.pdf](https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/HJPB-7C6NWD/1/dissertacao_rosani_siqueira.pdf)>. Acesso em: 20 mai. 2021.

SOUSA, Maria Goreti da Silva; CABRAL, C. L de O. **A narrativa como opção metodológica de pesquisa e formação de professores. Horizontes**, v. 33, n. 2, p. 149-158, 20 dez. 2015. Disponível em: <<https://revistahorizontes.usf.edu.br/horizontes/article/view/149>>. Acesso em: 21 mai. 2021.